

Desde o começo da conquista até hoje, uma das armas mais eficazes para “reduzir” os povos indígenas foi o ferro. O machado, a faca, o terçado constituem um grande pulo tecnológico na vida dos povos indígenas da Amazônia. A partir dos anos 70 “os grandes projetos”, fruto dos programas de desenvolvimento, se tornam desafios intransponíveis para os povos indígenas.

Vamos falar de um grande enfrentamento que continua atual até hoje e cujo desfecho não está terminado.

Falar em “grandes projetos” na Amazônia evoca imagens apocalípticas, ainda mais no confronto com povos indígenas. Uma análise da realidade na ótica da fé nos mostra uma semelhança grande entre as comunidades indígenas no Brasil, hoje, e as comunidades cristãs na igreja primitiva.

As comunidades cristãs eram pequenas ilhas dentro do grande império e sua situação era muito precária. Dizemos minoria, quem sabe na ordem de 0,15% como hoje são os povos indígenas no Brasil. E elas viviam uma proposta radicalmente diferente, algo que se chocava com suas próprias culturas e religiões originais: judeus e gentios comendo na mesma mesa, recusando prestar culto ao imperador, propondo idéias revolucionárias e novas quanto a Deus, Vida, Verdade, Pureza, Amor.

Os povos indígenas de hoje também são minoria não só em número como em seu modo de viver. Vivem uma proposta radicalmente diferente: união, ajuda mútua, partilha, comunidade, solidariedade, serviço, espiritualidade... contra a corrente de competição, individualismo, consumismo, acúmulo de bens, corrupção, materialismo.

Hoje, como ontem, o poder vigente, a ideologia dominante, a maioria, simplesmente não suporta, não tolera o desafio do diferente e, como Nero e Domiciano, se propõe eliminar os diferentes.

O impacto dos grandes projetos

“Apareceu outro sinal no céu: um grande dragão vermelho com sete cabeças e dez chifres, e nas cabeças sete coroas. Varria com sua cauda uma terça parte das estrelas do céu, e as atirou à terra” (Ap 12,3-4a).

Os grandes projetos, no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, invadiram a Amazônia com a expansão da economia, conhecida como o “milagre brasileiro”. A situação dos povos indígenas era muito precária. Sua população não chegava a 200.000 pessoas e a assistência nas áreas de saúde e educação escolar tinha sido abandonada.

O Serviço de Proteção ao Índio tinha sido extinto em 1967 por causa da grande corrupção; a ditadura militar, em seu lugar, criou a FUNAI (Fundação Nacional do Índio). O General Bandeira de Mello, um dos primeiros presidentes da Fundação, explicou que sua finalidade era “não permitir que as populações indígenas fossem um quisto ao progresso”.

Progresso era a nova bandeira do governo e palavra recorrente em todos os meios de comunicação.

O Brasil tinha acabado de escancarar as suas portas ao capital estrangeiro. Grandes rodovias foram abertas de norte a sul, de leste a oeste: a Belém-Brasília, a Transamazônica, a Perimetral Norte, a Cuiabá-Porto Velho, a Manaus-Caracarái, todas elas passando por áreas indígenas.

As máquinas avançavam surdas aos lamentos indígenas. A Funai, como barata na chuva, montava acampamentos às pressas, atraindo os índios para a doença, a prostituição e a morte. As estradas como a Transamazônica alcançavam os índios pelas costas, nos seus últimos redutos de resistência nas cabeceiras dos rios.

O povo parakanã perdeu 30% de sua população logo no primeiro contato; sofreu inúmeras transferências e, pela contaminação de suas mulheres por doenças sexualmente transmissíveis, muitas de suas crianças nasceram com graves problemas de vista.

Os aikewar foram reduzidos a 38 pessoas e, depois, foram recrutados como guias do exército durante a guerrilha do Araguaia.

Os arara continuaram fugindo por mais de dez anos depois de os tratores passarem arrasando suas aldeias.

Os nambikwara, com suas terras cortadas e divididas, famintos, ficaram reduzidos a mendigos.

Os waimiri atroari, que levaram a culpa de ter atacado a missão Calleri, foram ameaçados com dinamite e metralhadoras “para que conheçam a nossa superioridade”, disse Sebastião Amâncio, sertanista da FUNAI.

Assim como as estradas, as hidrelétricas, também, atingiram muitos povos indígenas.

Os parakanã, já deslocados pela Transamazônica, foram transferidos novamente em função da represa de Tucuruí. No bojo da corrupção, quando as comportas de Tucuruí foram fechadas milhares de hectares de mata foram submersos antes de retirar pelo menos 5% da madeira.

A exploração de minério em grande e pequena escala se tornou investimento para os grandes e alternativa, mesmo ilusória, para os pequenos. A febre do ouro atingiu também as áreas indígenas, tanto pelas conseqüências provocadas na natureza com as atividades de garimpagem, como pelo efeito sobre os próprios índios que queriam, também, explorar o ouro.

Destes, o caso mais conhecido é o dos kaiapó de gorotire e kikretum. O rio Fresco, antes límpido e lindo, tornou-se opaco e turvo pelas atividades garimpeiras e pela contaminação com mercúrio. O mesmo aconteceu com o rio Tapajós, antigamente o mais lindo cartão postal do Pará.

O índice do mercúrio no sangue dos povos indígenas e ribeirinhos destas regiões chega a ser alarmante, ultrapassando em 600% o nível considerado tolerável pelo Conselho Mundial de Saúde. Esta situação repetiu-se em outras áreas da Amazônia, notavelmente em Roraima.

Em termos de mineração industrial, o maior empreendimento foi e continua sendo o da Vale do Rio Doce, no Projeto Grande Carajás. Este projeto, que abrange mineração, fazendas, ferrovia, etc., atingiu direta e indiretamente quatro povos indígenas no Pará, além dos guajajara, guajá, ka'apor e krikati no Maranhão.

Pela primeira vez os povos indígenas receberam uma vultosa soma de dinheiro para projetos alternativos nas aldeias. Como conseqüência disso, assistimos a uma grande mudança na cabeça dos indígenas, que passaram a correr atrás de vantagens pessoais.

O conjunto da indústria madeireira talvez não conste como “grande projeto”. No entanto a quantidade de mogno e outras madeiras nobres extraídas de áreas indígenas e os estragos conseqüentes são de proporções enormes.

Os danos e os estragos afetam tanto o ecossistema como também a vida dos povos indígenas. Chega ao ponto de aldeias do mesmo povo, numa mesma área, terem que definir limites territoriais para determinar direitos de comercializar madeira. Existem casos de amigos e parentes índios que disputam entre si para vender madeira.

Na fase da implementação dos grandes projetos, a metodologia que prevalece é o uso da força e da prepotência.

A força da resistência

Imaginemos o imperador Nero, o deus na terra, o todo-poderoso, frente aos pequenos grupos de cristãos: gente pobre e ignorante, sem muitos recursos. As crônicas do tempo diziam que “o sangue dos mártires era semente para novos cristãos”. Os cristãos não diminuíram com a perseguição, por mais cruel que tenha sido. Eles aumentaram e Nero deve ter ficado frustrado. Assim como o dragão com todos os seus chifres e a boca vomitando rios não conseguiu acabar com uma mulher indefesa.

Na década de 70 os índios resistiram de diversas maneiras.

Os arara e parakanã, por exemplo, fugiram o tanto que puderam, sempre sendo perseguidos. A fuga, assim como para a mulher no deserto, tinha tempo limitado. Da mesma forma, a resistência armada utilizada por outros grupos como os parakategê.

Então, quando tudo parecia perdido, algo nasceu como semente dentro dos povos indígenas. A semente tinha nome: consciência, organização. Os índios começa-

ram a se encontrar, sair de suas aldeias, fazer assembléias. Olhavam sua história, comungavam os problemas de seu povo e falavam de seus sonhos, da mata, dos rios, de sua terra, dos bichos, e principalmente de suas crianças.

Reunindo-se com seus parentes (como os índios chamam a todos os outros índios de qualquer povo que seja), descobriram que eram “filhos do mesmo massacre”.

“Nós debaixo do céu, na cabeceira de todo rio tem índio, mas um só corpo. Língua diferente, nós tudo igual. Todos, primeiro, usava a mesma tanga” (Aviri Tiriyó).

E daí nasceu um grito: “Nós vamos nos unir, vamos morrer se preciso for, mas não vamos aceitar mais a imposição da vontade dos outros” (Txibae Ewororo).

A voz indígena ampliou-se: “Somos filhos legítimos desta terra”.

Esta forma de resistência passou, também, pela afirmação da identidade indígena, pela valorização e, muitas vezes, pelo resgate de sua cultura.

E os grandes projetos, com sua força e sua filosofia, encontraram barreiras poderosas, praticamente intransponíveis. Quanto mais usavam de violência, mais encontravam resistência. Durante a ditadura militar, no período de maior repressão, a voz indígena ressoou alto e a causa indígena se tornou uma bandeira e um espaço para que os dissidentes pudessem se expressar.

A voz dos povos indígenas tornou-se trovão, porque os aliados aumentaram. Lideranças corajosas e iluminadas incentivavam o povo e muitos até derramaram o seu sangue. Missionários e missionárias, amigos e amigas tombaram, também, ao lado dos índios, camponeses e filhos do povo.

A organização indígena teve um dos seus melhores momentos em 1988, conquistando o reconhecimento de direitos indígenas fundamentais na nova Constituição. Acompanhando em Brasília os trabalhos da Assembléia Constituinte, centenas de índios de todo o Brasil conseguiram o apoio da grande maioria dos constituintes que aprovaram o artigo 231. O artigo consagrou o direito dos povos indígenas à terra, às suas riquezas materiais e espirituais e reconheceu as culturas dos Povos nativos que deveriam ser reconhecidas e respeitadas.

O Brasil, pela primeira vez em sua história, graças aos povos indígenas, se reconhecia como um País pluriétnico e pluricultural.

Um enfrentamento diferente

A vitória dos índios na Constituinte surpreendeu os inimigos e motivou uma mudança de estratégia para submeter os povos indígenas e se apoderar de suas riquezas.

“Vi então levantar-se do mar uma fera que tinha dez chifres e sete cabeças; sobre os chifres, dez diademas... Deu-lhe o Dragão o seu poder, o seu trono e grande autoridade... E todos pasmados de admiração seguiram a fera” (Ap 13,1-2).

No final do primeiro século, Domiciano era imperador de Roma. Ele também não suportava os cristãos e queria acabar com eles. Porém, atento à história, ele perce-

beu que não adiantava usar violência física para combater os cristãos e resolveu que era melhor fazer apóstatas do que criar mártires.

A sua metodologia e astúcia aparentemente deram resultado. Alguns cristãos ficaram desanimados e outros desistiam por perder a esperança de encontrar uma solução. Parecia não existir futuro para os cristãos. Pensaram que o sonho de Deus iria acabar e que seriam destruídos. Então, o apóstolo escreveu o Apocalipse para ajudar as comunidades a fazer outra leitura da história e recuperar a esperança.

Hoje nós, os povos indígenas, o povo negro e o povo pobre precisamos de um Apocalipse, de uma releitura da história a partir da fé. O povo precisa saber que Deus está do lado dos pobres e que eles serão os vencedores finais. Assim foi com as comunidades cristãs do primeiro século, para as quais o Apocalipse foi a chave e o instrumental para enfrentar a situação.

Os donos e os interessados nos grandes projetos, nas décadas de 80 e 90, tinham sua metodologia e apostavam no sucesso de suas ações. E qual era a nova metodologia? Não era mais o caminho das máquinas pesadas que arrasam pessoas e aldeias, mas sim o meio sutil de converter o oponente para sua causa, converter o diferente para o igual.

Para este fim a metodologia não é o enfrentamento mas sim a sedução, a cooptação, o aliciamento.

Essa é a metodologia usada com os povos indígenas. O novo método tinha um antecedente nos 13,6 milhões de dólares que a Vale do Rio Doce usou, no final dos anos '70 e começo de '80, para comprar o consentimento das comunidades indígenas aos seus projetos.

O dinheiro oferecido resultou em fracasso quanto aos objetivos de auto-sustentação anunciados. Os projetos foram formulados na mesa de algum executivo e realizados a toque de caixa por pessoas contratadas. Foi muito dinheiro gasto por tão poucos resultados. Mas esta primeira iniciativa foi o caminho aberto para FUNAI, governo, estados e prefeituras, madeireiras, ONGs e empresas oferecerem vantagens, em troca de apoio e acordos ou negócios altamente lucrativos.

Procuram-se apóstatas e não mártires. Tenta-se conquistar os índios, reduzi-los ao individualismo, ao consumismo, à competição, ao desejo de ter mais, ao gosto do supérfluo, ao gosto do poder. Temos dezenas de exemplos a este respeito.

Entre os kayapó houve aliciamento de tuxauas por parte de garimpeiros e madeireiras. O dinheiro arrecadado foi administrado por lideranças em seu próprio benefício. Na aldeia Kikretum, o povo chegou a expulsar a equipe de missionários que se tinha pronunciado contrária à venda de madeira e que procurava alertar a comunidade para os perigos inerentes a estes negócios. O mesmo aconteceu nas aldeias suruí em Rondônia.

Este novo método procura minar a resistência a partir de vantagens técnicas e econômicas oferecidas aos indígenas. O que a violência não conseguiu, o aliciamento

entrega de bandeja. Em cada aldeia, onde existe algo que interesse ao poder econômico, as pressões se multiplicam.

Por exemplo, na aldeia Koatinemo do povo asurini do Xingu, a comunidade pediu a retirada das irmãs, que viveram no meio deles durante 20 anos, porque as irmãs levantaram questionamentos sobre os projetos da firma britânica Body Shop e de ecoturismo na área.

Os grandes e os políticos se aproveitam das reais necessidades e anseios das comunidades indígenas para perseguir seus próprios interesses. A investida dos grandes projetos nas áreas indígenas coincide com o esvaziamento da Funai por causa do programa neoliberal e da política de privatização e terceirização do Governo. Os cortes na educação e principalmente no atendimento à saúde indígena motivaram a procura, por parte das comunidades indígenas, de recursos por vias diversas, legítimas ou não.

O contato mais freqüente com a sociedade envolvente, o bombardeio dos meios de comunicação social, especialmente a televisão agora acessível pelas antenas parabólicas, as pressões e ofertas de governos e empresas ameaçam mudar a cabeça dos índios.

Esta mudança não é exterior, mas atinge a estrutura mental, o espírito, a alma. Em algumas aldeias que acompanhamos há bastante tempo, por uma série de circunstâncias, nos últimos anos, tem entrado muito dinheiro, através de convênios, contratações, aposentadorias. Com isso os jovens começam a olhar mais para fora, sonhar em competir com os brancos, ganhar dinheiro. Em consequência a idéia de mutirão enfraquece, a gratuidade não é mais tão apreciada.

Como, então, as comunidades indígenas enfrentam, hoje, esta “besta-fera” tão perigosa? As considerações anteriores apresentam uma visão negativa e pessimista da realidade e poderiam levar à conclusão de que não há mais futuro para os povos indígenas. Já no começo do século, e outras vezes ao longo da história, isto foi anunciado. Os índios, porém, continuam aí para dizer o contrário, apesar dos graves e perigosos desafios que estão enfrentando.

A realidade é dialética e outras forças de resistência estão presentes nas aldeias e nas pessoas. O tamanho dos desafios nos faz compreender a força da resistência que se renova e renasce durante 500 anos de história.

Apontamos três grandes forças que se opõem à proposta individualista, egoísta que vem pelos grandes projetos de hoje, gerados pelo neoliberalismo.

▪ *A força da cultura:* a cultura tem raízes muito profundas. A terra mãe, mãe de todos, é conceito, é amor repassado de geração em geração. Cada vez que aparece a idéia de terra como mercadoria, como fonte de lucro, para as culturas indígenas é como se alguém prostituísse a própria mãe para ganhar dinheiro. Isso provoca uma reação, um escândalo, principalmente quando sabem que são os próprios parentes que destroem a terra, comercializando-a. A cultura também recusa a existência de excluídos na aldeia como, também, que existam privilegiados.

Entre os Guajajara e entre outros povos, quem tem mais deve dar mais e quando alguém começa a acumular bens é forçado, de uma maneira ou outra, a repartir. É ver-

dade que as influências externas e a introdução do novo incidem sobre as culturas e as modificam, porém as mesmas possuem a vitalidade necessária para absorver os impactos e se reconstituir. O que acontece não é destruição mas uma re-elaboração por parte do povo juntando o seu específico com o novo.

▪ *A força da religião:* seja a indígena como a cristã. A religião é o âmago da cultura indígena. Tudo o que é vida e cultura indígena tem a ver com a religião. É ela que determina a forte ligação das pessoas com a natureza, a coesão e solidariedade entre as pessoas, a consciência da própria dignidade. Quando a religião e a espiritualidade indígena são fortes, elas mesmas tornam-se uma barreira aos grandes projetos e aos contravalores que os inspiram.

O povo reelabora os mitos, interpreta a realidade. A religião cristã e o evangelho, também, fazem parte da realidade cultural de muitos povos que a conheceram ao longo dos séculos, mesmo que de maneira impositiva e com as contradições inerentes à sociedade da época.

Os povos indígenas souberam entender e reformular a mensagem evangélica e, hoje, esta se torna para muitos uma forte arma contra o egoísmo, o desrespeito e a ganância. Nós testemunhamos ao longo destes anos como os povos indígenas são capazes de perceber e se apoderar da força revolucionária do evangelho.

▪ *A força da organização:* Uma grande força que os povos indígenas estão utilizando e em que cresceram nos últimos trinta anos é a capacidade de se articular, tecer alianças e se organizar. A história dos povos indígenas nas Américas, o seu relacionamento com a natureza e entre si são propostas que fascinam e têm ganhado muitos aliados.

Atualmente a opinião nacional está bastante favorável aos povos indígenas, como foi comprovado até recentemente nas comemorações dos 500 anos do Brasil em abril de 2000.

Nos anos 70, o projeto de emancipação e os critérios de indianidade foram repudiados a nível nacional. Nos anos 80 a hidrelétrica Kararaó foi também rechaçada apesar da mobilização da UDR. A Constituição de 1988 foi a grande vitória dos povos indígenas. E, mais recentemente, os povos indígenas no Brasil realizaram uma grande conferência com 3000 representantes de 160 povos se comprometendo com os negros e povo pobre para construir juntos um novo Brasil de outros 500.

Este fato, apesar de todo um aparato de repressão violenta, é um sinal de vitória, de esperança para o futuro, para “um céu novo e uma nova terra... uma Jerusalém nova onde... nunca mais haverá morte, nem luto, nem clamor, e nem dor haverá mais” (Ap 21,1-4).

Nello Ruffaldi
Roberta Lee Spires
Caixa postal 12080
São Braz
Belém, PA
66090-970

Orações indígenas

Quando você levanta de manhã
dê graças pela aurora,
por tua vida e tua força,
dê graças por tua comida
e a alegria de viver.

Se você não encontrar motivo para dar graças,
a falha está em você.

(Tecumseh)

Ó nossa Mãe a Terra, Ó nosso Pai o Céu,
Seus filhos nós somos, e com o corpo cansado
Nós lhes trazemos os presentes que vocês gostam.

Então teçam para nós uma veste luminosa;
Que a urdidura seja a luz branca da manhã,
Que a trama seja a luz vermelha do anoitecer,
Que a franja seja a chuva que cai,
Que a borda seja o arco-íris.

Assim teçam para nós uma veste luminosa,
Para que andemos dignamente onde pássaros cantam,
Para que andemos dignamente onde os campos são verdes,
Ó nossa Mãe a Terra, Ó nosso Pai o Céu.

(Tewa)

Parábola da árvore

Ela era estranhamente bela! Seu tronco nodoso, de raízes mergulhadas no mais profundo da terra e os galhos erguidos ao mais alto dos céus.

Então, o jardineiro, se aproximando, perguntou à árvore: Quem é você?

E a árvore respondeu, humilde:

Eu sou a Seiva, energia feminina, criadora do meu ser.

Chegou o cientista e, observando, perguntou também: Quem é você?

E a árvore respondeu serena:

Eu sou a Identidade, origem materna que se expande na madurez do meu frutificar.

Mais tarde, o monge, contemplando, perguntou-lhe ainda: Quem é você?

E a árvore respondeu, convicta:

Eu sou a Espiritualidade, resistência-mulher que perpassa o espaço e o tempo de todo meu viver.

Os três sentaram à sombra da árvore e, dialogando, tentaram entender sua mensagem.
(Elizabeth Amarante Rondon, missionária do CIMI entre os povos irantxe e myky)



Os três sentaram à sombra da árvore e, dialogando, tentaram entender sua mensagem.

Desenho: Artur Dias

Uma experiência pastoral

Nos anos 80 os povos karipuna e galibi-marworno, no extremo norte do Amapá, estavam enfrentando mudanças radicais com a chegada da BR 156 que rompeu o relativo isolamento destes povos e de todo o município de Oiapoque provocando a corrida ao ouro, à madeira e à terra. Aumentou o comércio na cidade e as ofertas de emprego e cargos. Enfim, estes povos estavam sendo atingidos por mudanças radicais.

Vimos a preparação e celebração da crisma como momento para ajudar a recuperar a história, fortalecer e celebrar a identidade indígena. Inspirados por alguns estudos e encontros do CEBI, usamos os temas do Apocalipse como inspiradores, na preparação que foi orientada pelos líderes espirituais das comunidades. Isto porque os povos indígenas se assemelham, até hoje, às primeiras comunidades cristãs: pequenos, diferentes, com um modo de vida e um pensar na contramão de todo o império ou sociedade que os cerca.

Passos:

1. Resumir a vida de Jesus e sua missão a partir dos evangelhos.
2. Comparar as comunidades no início da Igreja com as comunidades indígenas de hoje a partir dos Atos dos Apóstolos.
3. Recuperar um pouco da história local e avaliar o que se passava na comunidade, a partir das cartas às comunidades no Apocalipse, capítulos 2 e 3.

4. Caracterizar a luta de hoje e o compromisso a partir da luta entre a mulher e o dragão (Ap 12 e 13).

5. Refletir o desfecho da luta a partir de Ap 14, 16 e 21 e os dons do Espírito Santo.

Os passos 3 e 4 que exigiram muita interação dos participantes, marcaram estas comunidades e ajudaram a surgir novos líderes, que continuam até hoje, firmes no compromisso com seu povo e com a construção de um mundo novo.

Ao caracterizar a luta com o dragão, eles deram nomes para cada cabeça dele, nomes que indicaram seus principais problemas ou ameaças. E, para cada cabeça, procuraram algum dom de Deus presente no seu povo, ou adquirido, que servisse para cortar aquela cabeça. Na celebração, traduziram estas reflexões em dramatização muito animada e nunca esquecida. O Apocalipse hoje, como ontem, fomenta a esperança e dá coragem, mostrando que a força vital, a vitória, nós a carregamos dentro de nós.

Nello Ruffaldi
Rebecca Lee Spires
Caixa postal 12080
São Braz
Belém – PA
66090-970